

2019



RELATÓRIO ANUAL

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS E
RESULTADOS DO EXERCÍCIO

www.coopervap.com.br 
coopervap  



COOPERVAP
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA
DO VALE DO PARACATU LTDA.



Diretoria

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Valdir Rodrigues de Oliveira

Vice-Presidente

Altino José Severino Silva

CONSELHEIROS VOGAIS

Ícaro Brochado Botelho
Francisco Carlos da Silva
Antônio Carlos M. de Almeida
Lionel Oliveira dos Santos
Sílvio de Sá Guimarães Júnior

SUPLENTES DE VOGAIS

Adão Martins de Melo

CONSELHO FISCAL

Membros Titulares

Cláudio Mariano de Almeida
Rômulo César P. Rabelo
Geraldo Pimentel Barbosa

Membros Suplentes

Abílio Rodrigues da Silva
João Gualberto D. Neto



Unidades

RAZÃO SOCIAL: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE DO PARACATU LTDA

01 – MATRIZ – SUPERMERCADO

RUA BENEDITO LABOISSIERE, 160 – CENTRO – PARACATU – MG CEP: 38.600-190

CNPJ-MF: 23.153.943/0001-50 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0075

e-mail: compras@coopervap.com.br - cadastro@coopervap.com.br

05 – AGRO-VETERINÁRIA

RUA BENEDITO LABOISSIERE, 172 – CENTRO – PARACATU – MG CEP: 38.600-190

CNPJ-MF: 23.153.943/0005-83 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-1632

e-mail: veterinaria@coopervap.com.br - coopervapagrovet@coopervap.com.br

07 – UAC – UNIDADE ARMAZENADORA CENTRAL

RUA LITORÂNEA, 601 - VILA ALVORADA – PARACATU-MG – CEP: 38.606.444

CNPJ-MF: 23.153.943/0007-45 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0563

e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

08 – POSTO DE COMBUSTÍVEL

RUA SILVINO REIS, 160 – CENTRO – PARACATU-MG CEP: 38.600-194

CNPJ-MF: 23.153.943/0008-26 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0644

e-mail: posto@coopervap.com.br

09 – USINA

RUA ALÍRIO ROCHA, 700 – VILA ALVORADA – PARACATU-MG Registro IMA:2936

CNPJ-MF: 23.153.943/0009-07 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0725

CEP: 38.606-454 - e-mail: usinaalmox@coopervap.com.br

10 – PARQUE DE EXPOSIÇÃO (Inativo) (CNPJ 01)

RUA ALÍRIO ROCHA, 450 – VILA ALVORADA – PARACATU-MG

CNPJ-MF: 23.153.943/0010-40 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: ISENTO

CEP: 38.606-454

11 – UAER – UNIDADE ARMAZENADORA ENTRE RIBEIROS

PROJETO DE COLONIZAÇÃO ENTRE RIBEIROS – PARACATU-MG CEP: 38.600-001

CNPJ-MF: 23.153.943/0011-21 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-0806

e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

12 – FILIAL DE BRASÍLIA

QI 416 CONJUNTO 02 LOTE 10 CEP: 72.320-300 - SAMAMBAIA – BRASÍLIA-DF

CNPJ-MF: 23.153.943/0012-02 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 07.313.701.0233

e-mail: brasilia@coopervap.com.br

15 – INSUMOS AGROPECUÁRIOS

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO C – VILA ALVORADA – PARACATU-MG – CEP: 38.606-444

CNPJ-MF: 23.153.943/0015-55 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-1225

e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

18 – FÁBRICA DE RAÇÕES

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO A – VILA ALVORADA – PARACATU-MG – CEP: 38.606-444

CNPJ-MF: 23.153.943/0018-06 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-1551

e-mail: uacalmox@coopervap.com.br

20 – DROGARIA COOPERVAP

RUA BENEDITO LABOISSIERE, 170 – CENTRO – PARACATU-MG CEP: 38.600-190

CNPJ-MF: 23.153.943/0020-12 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.1713

e-mail: cadastro@coopervap.com.br

21 – CRIAÇÃO DE BOVINOS P/LEITE – ABERTURA: 02/03/2009 (30411)

RODOVIA BR 040 PTU/BH KM 45 A DIREITA + 2 KM – ZONA RURAL – PARACATU-MG

CNPJ-MF: 23.153.943/0021-01 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581-2540

23 – POSTO 040

RODOVIA BR 040, KM 44,7 – PARACATU – MG

CNPJ-MF: 23.153.943/0023-65 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2477

e-mail: posto040@coopervap.com.br

25 – REVENDA DE RAÇÕES - VAZAMOR – VAZANTE

RUA: COROMANDEL, 1020 – A - CEP: 38.780-000

CNPJ: 23.153.943/0025-27 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.1977

26 – BENEFICIAMENTO DE GRÃOS E TORREFAÇÃO DE CAFÉ

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO F – VILA ALVORADA – CEP: 38.606-444

CNPJ: 23.153.943/0026-08 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2132

27 – COMERCIAL AGRÍCOLA

RUA LITORÂNEA, 601 ANEXO G – VILA ALVORADA – PARACATU – MG – CEP: 38.606-444

CNPJ-MF: 23.153.943/0027-99 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2213

e-mail: agricola@coopervap.com.br

28 – VETERINÁRIA GUARDA-MOR

RUA ENGENHEIRO ROBERTO, 219-A - CENTRO - GUARDA-MOR-MG - CEP: 38.570-000

CNPJ-MF: 23.153.943/0028-70 - INSCRIÇÃO ESTADUAL: 470.045.581.2396

e-mail: guardamor@coopervap.com.br



COOPERVAP
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA
DO VALE DO PARACATU LTDA.



NOSSO PROPÓSITO:

"Assegurar a continuidade sustentável dos negócios da Coopervap em benefício dos cooperados, dos colaboradores e da sociedade em geral."

NOSSA MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável da Coopervap, gerando e comercializando produtos e serviços inovadores e de maior valor agregado.

NOSSOS VALORES

- Ética em todas as relações estabelecidas;
- Proatividade na gestão e na prestação de contas;
- Fortalecimento das relações e da competitividade dos cooperados;
- Parcerias para impulsionar o desenvolvimento local e regional;
- Compromisso social e ambiental como referencial de seus negócios;
- Profissionalização e valorização das lideranças, gestores e equipes;
- Cooperação e integração com todos os públicos de interesse.

NOSSA VISÃO

Ser reconhecida por seus cooperados, colaboradores, consumidores e sociedade em geral pela eficiência de sua gestão e pela qualidade de seus produtos e serviços.

NOSSO NEGÓCIO

Soluções inovadoras que fomentam a cadeia produtiva e comercial da Coopervap, gerando riqueza com sustentabilidade.

NOSSO FOCO ESTRATÉGICO

Elevar a produtividade da Coopervap, com eficiência gerencial e operacional em todas as unidades de negócio

www.coopervap.com.br

 **[/coopervap](https://www.facebook.com/coopervap)**

 **[@coopervap](https://www.instagram.com/coopervap)**

 **[/coopervap](https://www.youtube.com/coopervap)**

 **secretaria@coopervap.com.br**

 **(38) 3679-8900**

REGISTRO DE CONSTITUIÇÕES E AUTORIZAÇÃO

Data da Constituição: **20/07/1963**

Registro na JUCEMG: **314.000.1262-1**

CNPJ: **23.153.943/0001-50**

Registro na OCEMG:

015 de 07/04/1972

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Caros Associados,

Apresentamos o resultado do exercício de 2019 da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu LTDA. Graças a cooperação de todos, o cooperativismo continua crescente em Paracatu, por isso nossos agradecimentos a todos envolvidos na cadeia produtiva, em especial aos membros desta diretoria pela dedicação e trabalho, aos Conselheiros de Administração: Vogais: Adão Martins de Melo, Antônio Carlos Mariano de Almeida, Francisco Carlos da Silva, Ícaro Brochado Botelho, Lionel Oliveira dos Santos, Silvio de Sá Guimarães Júnior; Conselheiros Fiscais: Vogais: Cláudio Mariano de Almeida, Geraldo Pimentel Barbosa Filho, Rômulo César Pinto Rabelo e Suplentes: Abílio Rodrigues da Silva e João Gualberto Dantas Neto.

Ao concluirmos o fechamento de mais um ano de nossa gestão, estamos trazendo para vocês os resultados financeiros de nosso trabalho. Tivemos resultados bastante positivos em 2019, totalizando R\$7.973.148,43 investidos em imóveis, manutenção das nossas estruturas e criação de novas áreas comerciais, visando atender melhor os nossos associados e toda comunidade. Adquirimos mais imóveis em espaços estratégicos ao crescimento regional, dentre eles, citamos a nova Loja Agroveterinária com inauguração agendada para o próximo mês, uma loja referência para o produtor rural; reestruturamos a unidade de armazenagem do Entre Ribeiros e Unidade Armazenadora Central para atender os produtores de grãos de nossa região e ampliar ainda mais o atendimento aos produtores rurais. Estamos na fase final do projeto da nova fábrica de ração, dotada de equipamentos modernos, automatizados e com consumo de energia reduzido, aumentado o atendimento a produtores de leite, criadores de gado para engorda e recria, aves, equinos e suínos em larga escala.

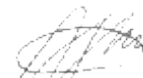
Somos referência na captação de leite, mesmo com todas as dificuldades de logística em acessibilidade nas propriedades rurais, percorremos 9.427 quilômetros por dia captando 352.464 litros de leite dia. Temos a certeza que em Minas Gerais somos reconhecidos como a cooperativa que viabiliza a vida do pequeno produtor de leite, temos convicção de nossa parcela de contribuição de sucesso e viabilidade na agricultura familiar do Noroeste Mineiro, entendemos que o maior legado de uma gestão é gerar empregos e renda. A participação da COOPERVAP na Central Mineira de Laticínios-CEMIL é de grande importância para o desenvolvimento da matéria prima e no escoamento da produção. Entendemos que a intercooperação é, também, fator preponderante e mostra amadurecimento nas relações entre as grandes estruturas.

O agronegócio brasileiro aliado a força do cooperativismo, têm mostrado ao mundo o nosso potencial e eficiência de produção. Ao observamos todos os processos da cadeia produtiva, melhoramento de matéria prima e fabricação de vários produtos, somos uma grande geradora de empregos colaborando na viabilização do desenvolvimento na região.

Com esse espírito de unidade e transparência entregamos os resultados financeiros 2019 da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu LTDA. Aos nossos colaboradores, parceiros e a todos os seus familiares o nosso muito obrigado.



VALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente



ALTINO JOSÉ SEVERINO SILVA
Vice-Presidente

SUMÁRIO

Demonstrações financeiras

Balancos patrimoniais

Ativo	6
Passivo	7

Demonstrações do resultado	8
---	---

Demonstrações do resultado abrangente	9
--	---

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
---	----

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
--	----

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	13
---	----

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	37
---	----

Parecer do Conselho Fiscal	41
---	----

ATIVO

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE
DO PARACATU LTDA.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
31 DE DESEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em reais - R\$)

	NOTA	2019	2018
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.840.417	21.195.891
Contas a receber	5	43.077.795	37.224.586
Estoques	6	29.406.944	27.015.674
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.909.321	3.900.138
Outros ativos	8	4.695.367	6.202.058
Despesas antecipadas		379.392	433.324
Total do ativo circulante		106.309.236	95.971.671
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber	5	3.428.600	3.448.241
Bens destinados a venda		94.719	166.297
Depósitos judiciais	18	8.347	8.347
Investimentos	9	18.560.391	20.890.504
Imobilizado	10	80.147.997	81.693.604
Intangível		811.878	81.712
Total do não circulante		103.051.932	106.288.705
TOTAL DO ATIVO		209.361.168	202.260.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE
DO PARACATU LTDA.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
31 DE DESEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em reais - R\$)

	NOTA	2019	2018
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	55.874.371	48.257.886
Fornecedores	12	9.675.896	10.601.514
Obrigações com cooperados	13	6.553.089	6.083.602
Salários, férias e obrigações sociais	14	3.819.717	4.161.472
Obrigações tributárias	15	2.027.352	1.848.945
Outros passivos	16	3.331.262	4.198.691
Total do passivo circulante		81.281.687	75.152.110
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	3.238.513	3.564.737
Obrigações tributárias	15	8.534.948	9.738.883
Capital a restituir		1.451.081	1.113.624
Imposto de renda contribuição social diferidos	17	2.049.970	2.485.747
Provisão para contingências	18	99.074	99.074
Total do passivo não circulante		15.373.586	17.002.065
Patrimônio Líquido			
Capital social		17.744.907	16.747.958
Ajuste de avaliação patrimonial – AAP		30.632.768	32.196.509
Reserva de equalização		1.511.657	1.511.657
Reserva legal		28.544.868	27.491.065
Fundo de desenvolvimento tecnológico		21.174.088	19.084.057
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		11.833.043	11.827.968
Sobras à disposição da Assembleia		1.264.564	1.246.987
Total do Patrimônio Líquido	20	112.705.895	110.106.201
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		209.361.168	202.260.376

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DRE

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DO VALE
DO PARACATU LTDA.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
31 DE DESEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores expressos em reais - R\$)

Demonstração dos Resultados do Exercício	NOTA	2019	2018
Ingresso/ receita operacional líquido	21	350.226.291	321.153.472
Dispêndios/ custos com produtos, mercadorias e serviços vendidos		(295.230.372)	(267.288.635)
Sobra/ lucro bruto		54.995.919	53.864.837
(Dispêndios/despesas) ingressos/ receitas operacionais			
Dispêndios/ despesas com pessoal	22	(18.575.650)	(19.406.044)
Dispêndios/ despesas administrativos e gerais	23	(32.783.580)	(29.309.783)
Outros ingressos/ dispêndios/ receitas/ despesas operacionais, líquidos	24	2.012.758	1.196.319
		(49.346.472)	(47.519.508)
Sobra/ lucro antes do resultado financeiro		5.649.447	6.345.329
Resultado financeiro			
Ingressos/ receitas financeiros		2.641.683	3.614.650
Dispêndios/ despesas financeiros		(5.675.374)	(8.365.277)
	25	(3.033.691)	(4.750.627)
Sobra/ lucro antes do imposto de renda e contribuição social		2.615.756	1.594.702
Imposto de renda e contribuição social – diferidos		435.777	410.990
Imposto de renda e contribuição social – correntes	26	(1.448.788)	(1.131.285)
Sobra/ lucro líquido do exercício		1.602.745	874.407
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos		1.563.741	1.997.800
Transferência da realização do AAP, líquido dos tributos diferidos na proporção dos atos de não associados		-	(421.136)
Utilização da RATES		1.048.728	782.072
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para a reserva legal		-	2.864.548
Transferência do resultado das operações com terceiros para o RATES		-	(1.941.067)
Constituição de reservas estatutárias:			
Reserva legal – 25%		(1.053.803)	(1.039.156)
Fundo de desenvolvimento tecnológico – 20%		(843.044)	(831.325)
RATES – 25%		(1.053.803)	(1.039.156)
Sobras à disposição da Assembleia	20	1.264.564	1.246.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	2019	2018
Sobra/ lucro líquido do exercício	1.602.745	874.407
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.602.745	874.407

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Equalização	Reserva Legal	Fundo de Desenvol. Tecnológico	RATES	Sobras à Disposição da AGO	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	16.747.958	32.196.509	1.511.657	27.491.065	19.084.057	11.827.968	1.246.987	110.106.201
Destinação das sobras para o fundo conforme AGO de 30/3/2019	-	-	-	-	1.246.987	-	(1.246.987)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	-	(1.563.741)	-	-	-	-	1.563.741	-
Transferência do saldo de juros sobre o capital para o capital social	962.999	-	-	-	-	-	-	962.999
Aumento de capital por admissões de cooperados e capitalizações de retenções	1.501.186	-	-	-	-	-	-	1.501.186
Baixas de capital por saídas de cooperados	(1.467.236)	-	-	-	-	-	-	(1.467.236)
Utilização da RATES	-	-	-	-	-	(1.048.728)	1.048.728	-
Sobra/ lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.602.745	1.602.745
Constituição de reservas estatutárias:								
Reserva legal	-	-	-	1.053.803	-	-	(1.053.803)	-
Fundo de desenvolvimento tecnológico	-	-	-	-	843.044	-	(843.044)	-
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES	-	-	-	-	-	1.053.803	(1.053.803)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	17.744.907	30.632.768	1.511.657	28.544.868	21.174.088	11.833.043	1.264.564	112.705.895

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reserva de Equalização	Reserva Legal	Fundo de Desenvol. Tecnológico	RATES	Sobras à Disposição da AGO	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	14.828.113	34.194.309	1.511.657	29.316.457	16.624.751	9.208.681	1.627.981	107.311.949
Destinação das sobras para o fundo conforme AGO de 24/3/2018	-	-	-	-	1.627.981	-	(1.627.981)	-
Transferência do saldo de juros sobre o capital para o capital social	812.697	-	-	-	-	-	-	812.697
Aumento de capital por admissões de cooperados e capitalizações de retenções	1.332.429	-	-	-	-	-	-	1.332.429
Baixas de capital por saídas de cooperados	(225.281)	-	-	-	-	-	-	(225.281)
Utilização da RATES, líquidos dos atos com os associados	-	-	-	-	-	(782.072)	782.072	-
Sobra/ lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	874.407	874.407
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para a sobras	-	-	-	(2.864.548)	-	-	2.864.548	-
Transferência do resultado das operações com terceiros para o RATES	-	-	-	-	-	1.941.067	(1.941.067)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	-	(1.997.800)	-	-	-	-	1.997.800	-
Transferência da realização do AAP, líquido dos tributos diferidos na proporção dos atos de não associados	-	-	-	-	-	421.136	(421.136)	-
Constituição de reservas estatutárias:								
Reserva legal	-	-	-	1.039.156	-	-	(1.039.156)	-
Fundo de desenvolvimento tecnológico	-	-	-	-	831.325	-	(831.325)	-
Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES	-	-	-	-	-	1.039.156	(1.039.156)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	16.747.958	32.196.509	1.511.657	27.491.065	19.084.057	11.827.968	1.246.987	110.106.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	1.602.745	874.407
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(435.777)	(410.989)
Depreciações	3.700.534	3.864.840
Valor residual das baixas do imobilizado	354.057	2.815.366
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	67.666	(460.191)
Perdas estimadas para não realização de créditos de PIS e COFINS	21.995.771	-
Ajuste a valor presente	(358.546)	557.166
(Aumento) redução nos ativos:		
Contas a receber	(5.542.688)	(10.433.036)
Estoques	(2.391.270)	(1.754.935)
Impostos e contribuições a recuperar	(22.004.954)	(881.762)
Despesas antecipadas	53.932	(146.563)
Bens destinados a venda	71.578	217.308
Outros ativos	1.506.691	(431.728)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	(925.618)	384.891
Obrigações com cooperados	469.487	2.572.537
Salários, férias e obrigações sociais	(341.755)	665.113
Obrigações tributárias	(1.025.528)	9.578.795
Outros passivos e capital a restituir	(529.972)	683.526
Recursos líquidos provenientes das operações	(3.733.647)	7.694.745
Fluxo de caixa das atividades de Investimentos		
Redução líquida dos investimentos	2.330.113	995.714
Aquisições do imobilizado	(2.508.984)	(17.932.819)
Aumento do intangível	(730.166)	(9.887)
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimentos	(909.037)	(16.946.992)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Varição do empréstimos e financiamentos	7.290.261	7.938.724
Aumento de capital por admissões de cooperados e capitalizações de retenções	1.501.186	1.332.429
Aumento de capital com juros sobre o capital	962.999	812.697
Baixas de capital por saídas de cooperados	(1.467.236)	(225.281)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	8.287.210	9.858.569
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	3.644.526	606.322
Varição do caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	24.840.417	21.195.891
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	21.195.891	20.589.569
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	3.644.526	606.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**NOTAS
EXPLICATIVAS**

NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu – COOPERVAP é uma sociedade cooperativa com sede em Paracatu, Estado de Minas Gerais, e que tem por objetivo principal o estímulo do crescimento do cooperativismo através da atividade principal que é o recebimento e resfriamento de leite de seus associados, bem como a sua industrialização e distribuição no estado e toda federação, o desenvolvimento e a defesa econômica de seus cooperados, desenvolvendo progressivo dos interesses de caráter comum, programas de ação nas seguintes áreas:

- (a) Recebimento e beneficiamento de leite, armazenagem e comercialização de produtos agrícolas dos cooperados principalmente soja, milho e outros;
- (b) Venda de insumos agropecuários, peças, implementos e mercadorias em geral para os cooperados por meio de lojas próprias;
- (c) Venda de produtos de consumo para cooperados e terceiros por meio de supermercado, farmácias veterinárias, postos de combustíveis, drogaria, padaria, açougue, confecções, etc.;
- (d) Pesquisa e cooperação técnica nas áreas agropecuária e veterinária;
- (e) Industrialização e fornecimento de ração para pecuária em geral; e
- (f) Industrialização de café e arroz.

Em 31 de dezembro de 2019 possui 2.560 cooperados (2.472 cooperados em 31 de dezembro de 2018). O atendimento aos seus cooperados é realizado por intermédio da matriz em Paracatu – MG, e pelas unidades localizadas nos municípios de Guarda Mor – MG e Distrito de Vazamor – MG.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Cooperativa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 14 de fevereiro de 2020.

b **Mensuração de valor**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor exceto quando indicado de outra forma na respectiva nota explicativa.

c **Moeda de apresentação e moeda funcional**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação funcional da Cooperativa. Todas as informações financeiras estão apresentadas em reais, exceto quando indicado de outra forma, em notas explicativas.

d **Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração da Cooperativa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Cooperativa e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras quando ocorrem são incluídas nas notas explicativas.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Cooperativa, nessas demonstrações financeiras, estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. Salvo quando indicado de outra forma.

a Reconhecimento de ingressos e receitas

O ingresso/receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa. O ingresso/ receita é apresentado líquido dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

a.1 Venda de produtos

A Cooperativa reconhece o ingresso/receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada a propriedade desta, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Cooperativa, os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Cooperativa.

a.2 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

b Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Cooperativa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1 Ativos financeiros

Classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação depende do modelo de negócio da Cooperativa para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

b.2 Passivos financeiros

A Cooperativa reconhece passivos financeiros classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa

de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

c Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou as informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

d Contas a receber

Correspondem aos valores a receber pela venda de produtos, mercadorias e serviços no curso normal das atividades da Cooperativa.

São apresentadas aos valores presente e de realização e segregados e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise dos riscos de realização das contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, quando aplicável.

e Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é baseado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado” e inclui gastos para a aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor líquido de realização corresponde ao preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Cooperativa.

O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende as matérias primas, mão de obra direta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas do balanço. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado.

f Ativos mantidos para venda

Estão avaliados pelo custo de aquisição e ajustados quando necessário ao seu valor justo, líquido das despesas de vendas, ou pelo valor líquido contábil, dos dois o menor.

g Investimentos

Avaliados pelo custo de aquisição e ajustado ao valor justo, são representados por cotas adquiridas de cooperativas de crédito e substancialmente pela participação na Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL.

h Imobilizado

h.1 Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável acumuladas ou ajustado ao valor justo ou custo atribuído (*deemed cost*) para os bens das contas de terrenos, edificações, veículos e máquinas e equipamentos e instalações, com base em laudo de peritos independentes.

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

h.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

h.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada bem. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

i Intangível

Ativos intangíveis consistem em marcas e patentes e softwares adquiridos separadamente, reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada de cinco anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

j Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “Impairment”)

A Administração da Cooperativa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração da Cooperativa desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

k Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos com vencimentos até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores, no passivo não circulante.

l Fornecedores e obrigações com cooperados

As contas a pagar aos fornecedores e cooperados são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

m Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cooperativa tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

n Outros ativos e passivos ativos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperados, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

p Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

r Capital social

As cotas de capital social de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido, conforme Artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão, os valores das cotas são reclassificadas para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho e será devolvido conforme o Estatuto e a Legislação da Cooperativa.

s Ajuste de avaliação patrimonial – AAP

A realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial (basicamente depreciação e baixa) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO, no patrimônio líquido.

t Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2019	2018
Caixa	943.136	681.991
Bancos conta movimento	2.763.812	6.952.610
Aplicações financeiras	21.133.469	13.561.290
	24.840.417	21.195.891

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo da Cooperativa. As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sendo representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados com base em percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), considerando o valor, o prazo e a época da aplicação e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

5 Contas a receber

DESCRIÇÃO	2019			2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Conta movimento – clientes	26.067.618	535.663	26.603.281	22.798.102	535.663	23.333.765
Conta movimento – cooperados	19.374.437	2.569.160	21.943.597	17.015.976	2.578.643	19.594.619
Conta financiada – repasses a cooperados	53.556	6.869.829	6.923.385	53.555	6.930.472	6.984.027
Outros recebíveis	185.631	-	185.631	200.795	-	200.795
(-) Ajuste a valor presente (i)	(198.620)	-	(198.620)	(557.166)	-	(557.166)
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (ii)	(2.404.827)	(6.546.052)	(8.950.879)	(2.286.676)	(6.596.537)	(8.883.213)
	43.077.795	3.428.600	46.506.395	37.224.586	3.448.241	40.672.827

21

(i) Calculado levando em consideração os prazos de vencimento dos títulos. Os juros embutidos nesses ativos são descontados com intuito de reconhecê-lo em conformidade com o regime de competência.

(ii) As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla a situação individual dos cooperados, as garantias reais que suportam tais créditos e a avaliação dos consultores jurídicos. A provisão elaborada pela alta Administração da Cooperativa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas de contas a receber.

6 Estoques

Descrição	2019	2018
Mercadorias para revenda	21.012.767	17.122.982
Produtos agrícolas	4.073.259	3.509.017
Produtos agrícolas – terceiros	713.993	2.189.987
Matérias-primas	1.300.819	1.587.557
Almoxarifado	1.577.660	1.642.595
Produtos em elaboração	686.064	959.725
Bovinos	42.382	3.811
	29.406.944	27.015.674

A Cooperativa passa por processo de levantamento para apuração dos créditos de PIS e COFINS, em especial, sobre seus estoques.

A Administração da Cooperativa entende que não há necessidade de registro de provisão para obsolescência de estoques e para estoques de movimentação lenta.

O saldo de “Produtos agrícolas – terceiros” refere-se a obrigação quanto aos estoques de terceiros depositados na Cooperativa, cuja contra partida está registrada na rubrica de “Outros passivos”, conforme nota 16.

7 Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	2018			2019	
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	
ICMS	2.475.019	-	2.475.019	1.389.849	
ICMS – CIAP (iii)	1.891.155	-	1.891.155	1.692.525	
PIS (i)	8.896.026	-	8.896.026	8.896.026	
COFINS (I)	40.848.492	-	40.848.492	40.848.492	
PIS – crédito extemporâneo (ii)	-	3.773.690	3.773.690	-	
COFINS – crédito extemporâneo (ii)	-	16.330.926	16.330.926	-	
Imposto de renda	626.815	-	626.815	606.306	
Contribuição social	197.861	-	197.861	197.861	
INSS	609.626	-	609.626	13.597	
(-) Provisão para PIS/COFINS não-cumulativos (i)	(49.744.518)	-	(49.744.518)	(49.744.518)	
(-) Provisão para PIS/COFINS crédito extemporâneo (ii)	-	(20.104.616)	(20.104.616)	-	
(-) Provisão para ICMS – CIAP (iii)	(1.891.155)	-	(1.891.155)	-	
	3.909.321	-	3.909.321	3.900.138	

- (i) Com o advento da Lei 10.865/2004, artigo 21, as sociedades cooperativas agropecuárias foram inseridas na regra de apuração não-cumulativa das contribuições do PIS e da COFINS. A Administração da Cooperativa, devido às dúvidas quanto à realização desses créditos, considerando que a Cooperativa opera substancialmente com atos cooperativos, que não são tributados, decidiu constituir perdas estimadas para não realização no montante total dos créditos.

(ii) Em 2019, a Cooperativa retificou as obrigações acessórias referente aos exercícios de 2014 à 2018, e em decorrência desse fato, reconheceu nos saldos contábeis, créditos de PIS e COFINS baseado no levantamento feito pelos seus assessores jurídicos, perfazendo o montante no valor de R\$ 21.055.157. Os créditos apurados estão em consonância com o advento da Lei nº 10.637/2002 artigo 3 e da Lei nº 10.925/2004 artigo 8, que dispõe dos créditos que podem ser descontados na apuração do PIS e da COFINS, destacando, bens e serviços utilizado para consumo, energia elétrica, bens imobilizados, edificações e benfeitorias em imóveis próprios, frete na operação de venda e insumos na produção de mercadorias de origem animal ou vegetal destinada a alimentação humana ou animal.

Ainda, houve uma intimação realizada pela Receita Federal do Brasil – RFB, para esclarecimentos sobre o motivo de divergência apresentadas entre os saldos de suas obrigações acessórias declaradas no SPED Contribuições e na Escrituração Contábil Digital (ECD), referente aos exercícios 2015 e 2016.

Em decorrência das dúvidas que foram contraídas quanto a realização destes créditos, a Administração decidiu constituir provisão para perdas no montante total, até que o deferimento da defesa apresentada pela Cooperativa seja aceito pela RFB.

A Administração da Cooperativa, utilizou parte do saldo no montante de R\$ 950.541, para pagamento de imposto de renda e contribuição social, através dos PER/DCOMP.

(iii) A Administração da Cooperativa entende que o crédito de ICMS sobre ativo imobilizado (CIAP) apresenta incerteza na sua realização, e decidiu constituir provisão para perdas até a finalização da análise quanto a expectativa de recuperabilidade desses créditos, bem como concilia-lo com os ativos registrados no patrimônio.

8 Outros ativos

Descrição	2019	2018
Cheques a receber	1.520.244	2.481.852
Cartões de créditos	2.080.737	2.584.417
Adiantamentos a cooperados	450.948	485.590
Aquisição de mercadorias para recebimento futuro	356.448	714.943
Adiantamentos a colaboradores	286.990	301.824
Cheques devolvidos	238.626	-
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(238.626)	(366.568)
	4.695.367	6.202.058

9 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	2019	2018
Cooperativa Central Mineira de Laticínios Ltda. – CEMIL	17.899.867	20.293.514
Sicoob Crediparnor	554.645	497.993
Sicoob Credivaz	28.879	21.997
Fecoagro	1.000	1.000
Cotas de consórcio	76.000	76.000
	18.560.391	20.890.504

b Movimentação dos investimentos

	CEMIL	Crediparnor	Credivaz	Fecoagro	Cotas de consórcio	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	21.388.193	406.950	14.075	1.000	76.000	21.886.218
Adição	1.868.835	91.043	7.922	-	-	1.967.800
Baixa	(2.963.514)	-	-	-	-	(2.963.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	29.293.514	497.993	21.997	1.000	76.000	29.890.504
Adição	946.622	56.652	6.882	-	-	1.010.156
Baixa	(3.340.269)	-	-	-	-	(3.340.269)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.899.867	554.645	28.879	1.000	76.000	18.560.391

10 Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo + AAP*	Depreciação acumulada	2019	2018
				Total	Total
Terrenos	-	31.426.195	-	31.426.195	31.311.195
Edificações	De 1,67% até 2,86%	30.212.807	(8.601.446)	21.611.361	22.388.886
Máquinas, equipamentos e instalações	De 6,67% até 10%	39.007.013	(17.392.244)	21.614.769	17.626.104
Veículos	De 10% até 20%	8.489.125	(4.019.167)	4.469.958	4.471.301
Equipamentos de informática	De 50% até 10%	1.494.132	(1.053.560)	440.572	486.998
Móveis e utensílios	De 6,67% até 10%	963.871	(541.347)	422.524	493.369
Benefícios em nome de terceiros	De 3,33% até 4,17%	257.044	(257.044)	-	-
Imobilizado emanado	-	162.618	-	162.618	4.915.750
		112.012.805	(31.864.808)	80.147.997	81.693.603

*Contempla o custo de aquisição e o ajuste de avaliação patrimonial.

A Administração da Cooperativa contratou empresa especializada para apuração do custo atribuído (*deemed cost*) de seus imobilizados que emitiu laudo técnico base para os registros contábeis. O resultado apurou um acréscimo no ativo imobilizado em contrapartida do patrimônio líquido na conta de Ajuste de avaliação patrimonial (AAP). A Administração constituiu a provisão dos tributos diferidos proporcional ao percentual que atua com atos não cooperativos.

Foi também contemplada no laudo dos peritos independentes, a análise da vida útil remanescente e a determinação dos valores residuais finais dos grupos pertinentes. Portanto, a despesa de depreciação no exercício está ajustada levando em consideração as referidas análises.

A Administração da Cooperativa revisou a vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas modificações relevantes nas estimativas anteriormente determinadas. Também não foi identificada a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis (*impairment*).

a Movimentação do imobilizado – custo

Descrição	Saldo 2018				Saldo 2019			
	1º/1/2018	Aquisições	Baixas	Transferências	Aquisições	Baixas	Transferências	Saldo 2019
Terrenos	20.011.195	11.800.000	(500.000)	-	31.311.195	-	-	31.426.195
Edificações	29.031.772	700.000	(99.321)	407.552	30.040.003	172.804	-	30.212.807
Máquinas, equipamentos e instalações	32.062.109	928.149	(1.036.751)	1.183.469	33.136.976	(423.213)	5.314.206	39.007.013
Veículos	9.890.004	841.317	(2.458.245)	-	8.273.076	(404.451)	-	8.489.125
Equipamentos de informática	1.455.198	68.463	(15.318)	8.783	1.517.126	(31.052)	7.014	1.494.132
Móveis e utensílios	935.990	31.670	(1.913)	-	965.747	(1.876)	-	963.871
Benefetórias em imóveis de terceiros	257.044	-	-	-	257.044	-	-	257.044
Imobilizado em andamento	3.157.363	3.563.221	(205.030)	(1.599.804)	4.915.750	7.306	(5.381.030)	162.618
	96.800.875	17.932.820	(4.316.578)	-	110.416.917	(853.286)	(59.810)	112.012.805

b Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	Saldo 2018				Saldo 2019			
	1º/1/2018	Adições	Baixas	Transferências	Adições	Baixas	Transferências	Saldo 2019
Edificações	(6.785.854)	(969.520)	80.257	(7.675.117)	(926.329)	-	-	(8.601.446)
Máquinas, equipamentos e instalações	(13.453.282)	(2.476.722)	443.133	(15.486.871)	(2.203.048)	298.475	-	(17.392.244)
Veículos	(4.565.559)	(198.824)	962.808	(3.801.775)	(375.913)	158.521	-	(4.019.167)
Equipamentos de informática	(893.739)	(149.983)	13.594	(1.030.128)	(124.225)	40.983	59.810	(1.053.560)
Móveis e utensílios	(404.224)	(69.774)	1.820	(472.378)	(70.219)	1.260	-	(541.347)
Benefetórias em imóveis de terceiros	(257.026)	(18)	-	(257.044)	-	-	-	(257.044)
	(26.359.684)	(3.864.841)	1.501.212	(28.723.313)	(3.700.534)	499.229	59.810	(31.864.808)

11 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxas de juros anual	Garantias	Vencimento		2019		2018	
			final	final	Circulante	Total	Circulante	Total
Capital de giro	De 7% a 9,38%	Aval e penhor	Junho de 2020	55.112.380	55.112.380	47.572.819	-	47.572.819
Finame	De 5,10% e 7% + TJLP	Aval e bens	Março de 2023	228.670	912.178	105.686	201.046	306.732
Securitização	3% + variação produto	Aval e alienação	Outubro de 2025	533.321	3.088.327	579.381	3.363.691	3.943.072
				55.874.371	59.112.885	48.257.886	3.564.737	51.822.623

12 Fornecedores

Descrição	2019	2018
Fornecedores nacionais	9.675.896	10.601.514

O saldo de fornecedores nacionais é composto pelos valores a pagar à fornecedores de mercadorias, que são disponibilizados nas unidades (lojas) da Cooperativa, adquiridos diretamente dos fabricantes, quando possível e conveniente, para que a Cooperativa possa oferecer as melhores condições de preço e prazo aos seus cooperados.

13 Obrigações com cooperados

Descrição	2019	2018
Cooperados – fornecimento de leite	6.229.327	4.530.345
Cooperados – fornecimento diversos	323.762	1.553.257
	6.553.089	6.083.602

Basicamente representado por valores a pagar aos cooperados pela entrega de sua produção à Cooperativa.

14 Salários, férias e obrigações sociais

Descrição	2019	2018
Salários a pagar	769.996	787.658
Honorários	39.484	66.849
INSS	568.322	560.406
FGTS	164.815	164.435
PIS sobre folha	25.478	24.779
Pensão alimentícia	5.542	6.174
Provisão de férias e encargos	2.204.471	2.171.084
Outros	41.609	380.087
	3.819.717	4.161.472

15 Obrigações tributárias

Descrição	2019			2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	184.501	-	184.501	262.663	-	262.663
Parcelamento ICMS (i)	1.181.372	8.534.948	9.716.320	1.181.371	9.738.883	10.920.254
IRPJ e CSLL	370.506	-	370.506	143.418	-	143.418
INSS Funrural	169.390	-	169.390	146.601	-	146.601
Outros tributos	121.583	-	121.583	114.892	-	114.892
	2.027.352	8.534.948	10.562.300	1.848.945	9.738.883	11.587.828

- (i) Em 22 de junho de 2018, foi lavrado o Termo de Autodenúncia nº 05.000294985-21, no valor de R\$ 11.507.205, devido ausência de recolhimento do ICMS operação própria da Cooperativa, em razão de ter efetuado o estorno de crédito apropriado pela aquisição de leite *in-natura*. O parcelamento foi dividido em 120 parcelas mensais e consecutivas.

16 Outros passivos

Descrição	2019	2018
Produtos agrícolas – terceiros	713.993	2.189.987
Adiantamentos de clientes	169.925	373.705
Transporte de leite	766.806	719.080
Repasses a convênios	250.196	254.938
Créditos não reclamados	-	24.727
Imóveis a pagar	550.000	550.000
Outras despesas	880.342	86.254
	3.331.262	4.198.691

17 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Refere-se aos tributos calculados sobre o valor pela avaliação pelo custo atribuído (*deemed cost*) dos bens imobilizados com base em laudo de peritos independentes. Foram constituídos considerando as alíquotas vigentes dos tributos, e ainda proporcional ao percentual que atua com atos não cooperativos.

18 Provisão para contingências e depósito judicial

A Cooperativa é parte envolvida em ações trabalhistas, as quais estão sendo discutidas na esfera judicial. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração da Cooperativa decidiu com base na opinião dos seus assessores jurídicos, registrara provisão para contingências em montante considerado suficiente para a ação e valor envolvido, cujos assessores jurídicos, classificaram como expectativa de perda provável. Existem depósitos judiciais realizados suportando parcialmente as demandas.

O saldo da provisão para contingências e dos depósitos judiciais estão compostos da seguinte forma:

Descrição	Provisão para contingências		Depósitos judiciais	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas	99.074	99.074	8.347	8.347

A provisão trabalhista foi constituída com base na expectativa dos assessores jurídicos para as ações cuja perda foi considerada provável.

A Cooperativa no desenvolvimento normal de suas operações está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Cooperativa para fazer face à eventuais perdas que possam advir no futuro.

19 Passivos contingentes

A Cooperativa discute ações, cíveis e trabalhistas nos montantes, em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 1.732.413 e R\$ 954.092 (R\$ 38.377 e R\$ 105.525 em 2018), respectivamente. Ainda, a Cooperativa é parte envolvida em processos de execuções fiscais no montante de R\$ 759.490. A opinião dos consultores jurídicos quanto ao risco de perda no desfecho desses processos até o momento é classificado como possível, mas não provável. Tais ações por natureza e histórico são plenamente passíveis de acordos de menor monta.

Quanto a questões tributárias, acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais dos diversos impostos, taxas e contribuições federais, estaduais e municipais (em geral cinco anos). Entretanto, a Administração da Cooperativa é de opinião que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados adequadamente e, em 31 de dezembro de 2019, não era conhecida nenhuma contingência relevante relativa a tributos, com perspectiva de perda provável.

20 Patrimônio líquido

a Capital social

O capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 25% para reserva legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 20% para fundo de desenvolvimento tecnológico, destinada ao suporte a novos projetos, modernização e investimento tecnológico na Cooperativa;
- 25% para reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados, familiares e aos empregados da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação da Cooperativa;
- 100% das sobras rateadas oriundas das participações da Cooperativa em outras sociedades;
- A perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados;
- Os resultados positivos das operações com não cooperados (lucro líquido) serão destinados à Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, não podendo ser objeto de rateio entre os associados. Quando negativo, deve ser levado à reserva legal e, se insuficiente sua cobertura, será rateado entre os associados;
- Quando houver sobras no exercício, a Cooperativa calculará juros de 6% ao ano, sobre o capital integralizado do associado;

- Conforme preconiza o Estatuto Social da Cooperativa, os créditos não reclamados, decorridos cinco anos, são revertidos à Reserva legal; e
- Além dessas reservas a Assembleia Geral poderá criar oportunamente outros fundos.

c Ajuste de avaliação patrimonial – AAP

Refere-se ao ajuste de avaliação patrimonial – AAP de bens do ativo imobilizado. A realização do ajuste de avaliação patrimonial (basicamente depreciação e baixa do ativo imobilizado) está sendo registrada diretamente na sobra à disposição da AGO, bem como os respectivos tributos diferidos correspondentes a realização do ajuste de avaliação patrimonial.

d Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas legais e destinações estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto a sua destinação.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

Descrição	2019	2018
Sobra/ lucro líquido do exercício	1.602.745	874.407
Realização do ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos tributos diferidos	1.563.741	1.997.800
Transferência da realização do AAP, líquido dos tributos diferidos na proporção dos atos de não associados	-	(421.136)
Utilização da RATES	1.048.728	782.072
Transferência do resultado de participação em outras sociedades para a reserva legal	-	2.864.548
Transferência do resultado das operações com terceiros para o RATES	-	(1.941.067)
Constituição de reservas estatutárias:		
Reserva legal – 25%	(1.053.803)	(1.039.156)
Fundo de desenvolvimento tecnológico – 20%	(843.044)	(831.325)
RATES – 25%	(1.053.803)	(1.039.156)
Sobras à disposição da Assembleia	1.264.564	1.246.987

Em 2019, a Administração optou pela não transferência do resultado das operações com terceiros para a Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES.

21 Ingresso/ receita operacional líquido

Descrição	2019	2018
Ingresso/ receita bruto		
Vendas de produtos e mercadorias: cooperados	302.720.589	267.373.477
Vendas de produtos, mercadorias: terceiros	69.086.127	72.179.606
Prestação de serviços: cooperados	2.763.244	2.992.236
Prestação de serviços: terceiros	18.000	38.600
(-) Deduções do Ingresso/ receita bruto		
Impostos incidentes sobre vendas	(20.524.538)	(18.093.283)
Devoluções e abatimentos	(3.837.131)	(3.337.164)
	350.226.291	321.153.472

22 Dispêndios/ despesas com pessoal

Descrição	2019	2018
Salários e honorários	(9.352.863)	(9.325.103)
Férias e 13º salário	(2.247.992)	(2.235.534)
Encargos sociais (INSS, FGTS e PIS)	(5.350.530)	(5.451.069)
Horas extras, adicionais e gratificações	(930.681)	(1.150.961)
Refeição e cesta básica	(870.504)	(797.381)
Vale transporte	(115.149)	(108.968)
Aviso prévio e indenizações	(170.985)	(762.893)
Assistência médica	(57.073)	(59.983)
Seguro de vida	(50.317)	(63.473)
Outros	(225.319)	(214.411)
(-) Transferências para custeio	795.763	763.732
	(18.575.650)	(19.406.044)

23 Dispêndios/ despesas administrativas e gerais

Descrição	2019	2018
Fretes e carretos	(9.406.946)	(8.960.474)
Despesas com transportes	(3.736.426)	(3.280.057)
Combustíveis e lubrificantes	(5.068.100)	(4.528.958)
Depreciação	(1.248.971)	(991.383)
Prestadores de serviços	(4.614.337)	(4.268.754)
Publicidade e propaganda	(949.235)	(1.023.830)
Despesas bancárias e com cartões de créditos	(1.010.588)	(1.193.855)
Peças e acessórios	(1.328.270)	(1.265.779)
Energia elétrica	(878.534)	(818.012)
Aluguéis	(421.849)	(478.216)
Provisão/ reversão de perdas de créditos de liquidação duvidosa	(1.830.877)	338.300
Comunicação	(344.690)	(329.214)
Manutenção e conservação	(659.535)	(632.543)
Material de escritório	(259.122)	(241.432)
Seguros	(510.016)	(447.554)
Outros	(3.583.593)	(3.809.289)
(-) Transferências para custeio	3.067.509	2.621.267
	(32.783.580)	(29.309.783)

24 Outros ingressos/ dispêndios/ receitas / despesas operacionais, líquidos

Descrição	2019	2018
Resultado de participação em outras sociedades	(3.276.735)	(2.864.548)
Receitas convendas de ingresso para exposição	598.042	730.293
Receitas diversas	1.961.139	1.345.650
Bonificações	518.815	507.914
Auto de infração ICMS	-	(9.046.758)
Vendas diversas	607.980	11.589.864
Recuperação de créditos, líquidos (i)	1.401.993	1.136.739
Receita de aluguéis	240.183	286.696
Outros	(38.659)	(2.489.531)
	2.012.758	1.196.319

(i) Saldo é composto pelo reconhecimento do crédito de PIS e COFINS, bem como a provisão para perda do saldo pela baixa expectativa de realização, conforme nota explicativa 7.

25 Resultado financeiro

Descrição	2019	2018
Ingressos/ receitas financeiros		
Juros incorridos	1.601.636	2.546.515
Descontos obtidos	110.170	63.653
Rendimentos de aplicações financeiras	929.877	1.004.482
	2.641.683	3.614.650
Dispêndios/ despesas financeiros		
Juros incorridos	(4.911.953)	(5.893.272)
Descontos concedidos	(115.053)	(958.724)
Ajuste a valor presente	358.546	(557.166)
Juros sobre o capital	(1.006.914)	(956.115)
	(5.675.374)	(8.365.277)
Resultado financeiro, líquido	(3.033.691)	(4.750.627)

26 Imposto de renda e contribuição social – correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social dos exercícios compreendem os tributos correntes. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Cooperativa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes de operações com cooperados são isentas destes tributos. As operações com terceiros são tributadas pelas alíquotas vigentes de acordo com a legislação atual.

27 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial como caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores, obrigações com cooperados e capital a restituir, estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas das práticas contábeis. O controle desses instrumentos é efetuado através de estratégias operacionais visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Administração da Cooperativa não realizou nos exercícios de 2019 e 2018, operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

28 Gerenciamento de riscos

As operações da Cooperativa estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os riscos de variação de preço, de taxa de juros, de liquidez, de crédito e de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, foram estimadas as perdas com créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração da Cooperativa, que faz o gerenciamento no sentido de minimizá-los mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos permanentes.

29 Cobertura de seguros

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30 Partes relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir, controlar e fiscalizar as atividades da Cooperativa (Conselho de Administração e Fiscal), inclusive executivos.

As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto normal das atividades operacionais da Cooperativa e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Natureza da operação	2019			2018		
	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
(a) Saldo em 31 de dezembro:						
Ativo						
Contas a receber de cooperados	474.277	184.424	658.701	924.602	418.398	1.343.000
Passivo						
Obrigações com cooperados	13.552	9.583	23.135	34.698	(25.408)	9.290
Capital social	297.069	260.494	557.563	319.507	252.738	572.245
(b) Transações no exercício						
Cédula de presença	154.500	97.653	252.153	150.000	94.809	244.809
Remuneração paga	609.551	-	609.551	545.866	-	545.866
Faturamento	2.732.399	1.746.881	4.479.280	2.746.312	2.054.433	4.800.745
(c) Produção armazenada						
Grãos	-	-	-	2.762	-	2.762

31 Demonstrações das sobras/ lucros ou perdas/ prejuízos de atos cooperativos e não cooperativos

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com não cooperados apresentadas em atendimento à Lei 5.764/1971 não foram base de auditoria específica de nossos auditores.

	2019			2018		
	Não cooperados		Total	Não cooperados		Total
Ingresso/ receita operacional líquido	282.830.719	67.395.572	350.226.291	250.603.677	70.549.795	321.153.472
Dispêndios/ custos com produtos, mercadorias e serviços vendidos	(241.501.988)	(53.728.384)	(295.230.372)	(211.396.828)	(55.891.807)	(267.288.635)
Sobra/ lucro bruto	41.328.731	13.667.188	54.995.919	39.206.849	14.657.988	53.864.837
(Dispêndios/despesas) ingressos/ receitas operacionais						
Dispêndios/ despesas pessoal	(15.148.807)	(3.426.843)	(18.575.650)	(15.315.163)	(4.090.881)	(19.406.044)
Dispêndios/ despesas administrativos e gerais	(26.839.515)	(5.944.065)	(32.783.580)	(25.573.804)	(3.735.979)	(29.309.783)
Outros ingressos/ dispêndios/ receitas/ despesas operacionais, líquidos	1.641.444	371.314	2.012.758	3.431.386	(2.235.067)	1.196.319
Sobra/ lucro antes do resultado financeiro	(40.346.878)	(8.999.594)	(49.346.472)	(37.457.581)	(10.061.927)	(47.519.508)
Sobra/ lucro antes do resultado financeiro	981.853	4.667.594	5.649.447	1.749.268	4.596.061	6.345.329
Resultado financeiro						
Ingressos/ receitas financeiros	2.154.345	487.338	2.641.683	2.970.121	644.529	3.614.650
Dispêndios/ despesas financeiros	(4.628.380)	(1.046.994)	(5.675.374)	(6.719.293)	(1.645.984)	(8.365.277)
Sobra/ lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(2.474.035)	(559.656)	(3.033.691)	(3.749.172)	(1.001.455)	(4.750.627)
Imposto de renda e contribuição social – diferidos	(1.492.182)	4.107.938	2.615.756	(1.999.904)	3.594.606	1.594.702
Imposto de renda e contribuição social	-	435.777	435.777	-	410.990	410.990
Imposto de renda e contribuição social – correntes	-	(1.448.788)	(1.448.788)	-	(1.131.285)	(1.131.285)
Sobra/ lucro líquido do exercício	(1.492.182)	3.094.927	1.602.745	(1.999.904)	2.874.311	874.407

Observação: A movimentação econômico-financeira decorrente de ato cooperativo é definida contabilmente como ingressos e dispêndios. Aquela originada do ato não cooperativo é definida como receitas, custos e despesas.

32 Produção agrícola armazenada

A Cooperativa possui em seus armazéns produção agrícola de propriedade de cooperados para futura comercialização dos seguintes produtos:

Produto	Unidade	Quantidade	
		2019	2018
Soja	Kg	2.462.207	219.098
Milho	Kg	6.110.631	4.108.367
Arroz	Kg	10.233	15.568
Sorgo	Kg	-	2.175
Quirera Milho	Kg	3.545	-

A Cooperativa é responsável pela guarda dos estoques, sendo os serviços prestados remunerados pela taxa de armazenagem.

*** fim ***

IANO JOSÉ ANTÔNIO PEREIRA
Contador - CRC/MG: 48413

VALDIR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Diretor Presidente

ALTINO JOSÉ SEVERINO SILVA
Vice-Presidente



Moore Prisma Auditores e
Consultores

Rua Milton José Robusti, 75
15º andar
CEP 14021-613
Ribeirão Preto - SP

T. 55 (16) 3019-7900
E. moorerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos cooperados e administradores da
Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – COOPERVAP
Paracatu MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – Coopervap (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda. – Coopervap em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Limitação de escopo – circularização de instituições financeiras e assessores jurídicos

Não recebemos determinadas correspondências formais de instituições financeiras e de assessor jurídico que têm relacionamento com a Cooperativa, cujo procedimento de auditoria é denominado circularização. Nessas circunstâncias não podemos firmar juízo sobre eventuais ajustes que poderiam ser requeridos nas demonstrações financeiras em função das respostas daquelas correspondências.

Estoques

Conforme nota explicativa 6, a Cooperativa passa por processo de levantamento para apuração dos créditos de PIS e COFINS, em especial, sobre seus estoques. Em 31 de dezembro de 2019, não conseguimos obter evidência e quantificação dos efeitos sobre o saldo dos estoques, bem como, não foi possível determinarmos os seus reflexos.

PIS e COFINS – créditos extemporâneo

Conforme nota explicativa 7, a Cooperativa reconheceu créditos extemporâneos de PIS e COFINS no montante de R\$ 21.055.157, na qual, conservadoramente, decidiu constituir provisão para perdas no montante total, aguardando a manifestação de deferimento por parte da Receita Federal do Brasil – RFB. Em 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras não contemplam os efeitos tributários do imposto de renda e da contribuição social sobre o referido ganho, no montante aproximado de R\$ 7.158.753. Consequentemente o passivo circulante está a menor, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão a maior no mesmo montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos**Valores do exercício anterior**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas, cujo relatório de auditoria, datado de 1º de março de 2019, continha modificação quanto à ausência de evidência e quantificação dos efeitos dos créditos de PIS e de COFINS sobre os estoques e seus reflexos.

Outras informações que acompanhamas demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 14 de fevereiro de 2020.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3 S MG

Ricardo Aurélio Rissi
CRC 1SP137183/O-8 S MG

COOPERATIVA AGROPECUARIA DO VALE DO PARACATU LTDA.


"PARECER DO CONSELHO FISCAL"


Nós membros do Conselho Fiscal da Cooperativa Agropecuária do Vale do Paracatu Ltda, examinamos as demonstrações contábeis, encerradas em 31/12/2019 composta do Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrações do Resultado Abrangente, Demonstrações das mutações do Patrimônio líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto, e Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras, onde o Ativo e Passivo apresentam o montante de R\$ 209.361.168,47 (Duzentos e nove milhões, trezentos e sessenta e um mil, cento e sessenta e oito reais e quarenta e sete centavos) e as sobras à disposição da A.G.O apresenta o valor de R\$ 1.264.564,27 (Hum milhão, duzentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos). O exame inclui entre outras atividades, visitas as unidades da Coopervap, conferência de estoques, caixa e do movimento bancário. Com base nas verificações efetuadas, e no Parecer da Auditoria Independente somos de opinião que as demonstrações contábeis, refletem adequadamente em todos os aspectos relevantes, a situação financeira, econômica, e patrimonial da Coopervap em 31/12/2019, razão pela qual recomendamos sua aprovação pela Assembleia Geral a ser realizada no dia 28/03/2020.


Paracatu-MG, 10 de Março de 2.020.


Claudio Mariano de Almeida


Geraldo Pimentel Barbosa Filho


Rômulo Cesar Pinto Rabelo


Abílio Rodrigues da Silva


João Gualberto Dantas Neto

(o original encontra-se assinado em poder da Cooperativa)



LEITE UHT INTEGRAL
7% de gordura



SABOR E QUALIDADE NA SUA MESA!
DESDE 1963

VENDAS: (61) 3358-3526

 www.coopervap.com.br

